

Aluizio Alves defende regime parlamentarista

Uma veemente defesa do sistema parlamentarista ortodoxo foi feita ontem pelo ministro-chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap), Aluizio Alves, ao anunciar o seminário internacional sobre parlamentarismo e presidencialismo, que começa hoje, às 9 horas, no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, para discutir amplamente o tema. Promovido pela Sedap e Gepp (Grupo de Estudos de Políticas Públicas), grupo de consultoria externa que assessorava Aluizio Alves, o seminário vai trazer cientistas políticos da França, Espanha, Alemanha, Portugal e Estados Unidos, para debater, durante três dias, as implicações institucionais e administrativas dos dois sistemas políticos.

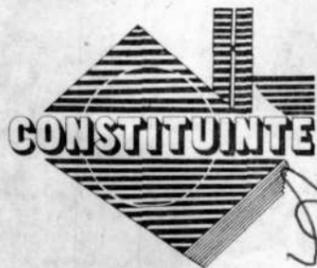
Constituinte em 46, o ministro Aluizio Alves foi um dos signatários da emenda que tentou implantar o sistema parlamentarista naquele ano, que não foi adotado. De acordo com Aluizio, o atual momento político permite que se implante o parlamentarismo puro e não o sistema híbrido, que seria inadequado pelo fato do Brasil não possuir tradição política para tal façanha. "Nem países com tradição política arriscaram um novo sistema misto, um meio caminho entre parlamentarismo e presidencialismo" — arrematou.

Não escondendo sua preferência pela implantação do parlamentarismo no Brasil, Aluizio salienta que o novo sistema de governo brasileiro deve ser escolhido independentemente de crises. Ou seja, não é porque o atual sistema presidencialista atravessa séria crise, que a Constituinte deva optar pelo parlamentarismo, mas sim como resultado de uma ampla repercussão.

Reunião

Os parlamentares que ainda têm dúvidas sobre a conveniência de uma possível implantação do sistema parlamentarista terão oportunidade de se reunir amanhã com os especialistas internacionais do seminário, na Comissão de Organização dos Poderes.

Caso seja afinal adotado este sistema, com o indicam as tendências, o ministro Aluizio Alves não quer ser surpreendido com uma administração



despreparada. Além da criação do Gepp, para assessorá-lo nos assuntos de reforma administrativa, visando sua maior agilização, o ministro pretende, que a administração pública já esteja mais organizada, eficiente e estável.

Ao defender o parlamentarismo, Aluizio sustenta que a administração pública não pode ficar sujeita às instabilidades políticas próprias deste regime. Portanto, é de opinião, que ela seja distinta do governo, para que não ocorra, no caso de queda de gabinetes, uma mudança de todos os cargos do governo. Assim, torna-se imprescindível que o novo regime jurídico — o civilista —, bem como um novo plano de carreira para o funcionalismo público estejam concluídos dentro de seis meses, isto é, em tempo hábil, para a implantação do novo sistema de governo.

Gepp

O ministro Aluizio Alves assinou portaria criando ontem o Gepp, que vai assessorá-lo em assuntos técnicos sobre reforma administrativa, visando o aperfeiçoamento da máquina estatal. O grupo vai organizar seminários, reuniões técnicas, mesas-redondas, além de pesquisas e projetos.

A Funcep (Fundação Centro de Formação do Servidor Público), vinculada à Sedap, prestará apoio técnico e administrativo ao Gepp. De acordo com a portaria, compõem o Gepp o ex-secretário — executivo do Programa Nacional de Desburocratização Célio França (coordenador-geral); o diretor da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) o economista Nilson Holanda; Paulo Roberto Mota, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro; o ex-deputado Sebastião Nery; o ministro do Itamaraty, Villar de Queiroz e Hermano Machado, diretor de Pesquisas da Funcep.

Maurílio fala em "indireta"

"O projeto rompe com a falsa polarização existente dentro do Congresso Nacional entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Esta polarização existe porque, o presidencialismo, como está posto atualmente, é inaceitável".

Esta declaração é do deputado Maurílio Ferreira Lima, (PMDB-PE), que antontem apresentou emenda à proposta do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, que integra a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, propondo um neoparlamentarismo para o Brasil.

Em sua justificativa, Maurílio Ferreira Lima diz que o Congresso Nacional foi diminuído em seus poderes no decorrer dos últimos vinte anos. "É necessário que agora haja uma espécie de co-governabilidade e que o Congresso tenha prerrogativas, inclusive no processo de decisão", disse o deputado. Prosseguindo, explicou que "é essa a ansiedade geral, que, se sente no parlamento, que está levando muita gente a se filiar à tese do parlamentarismo".

Maurílio Ferreira Lima informou, também, que no último domingo, o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reuniu parlamentares em sua residência oficial para discutir o assunto. E a partir de um estudo do professor Miguel Reale, ficou decidida a formalização de um texto, assinado pelo deputado Ferreira Lima. O texto apresentado diz que o regime deve continuar presidencialista.

Para o deputado, quem defender o parlamentarismo clássico deve, também, preconizar a eleição indireta para Presidente da República.

No projeto apresentado, um dos temas tratados é a duração do mandato permanente, para aqueles que virão a ser eleitos após a aprovação do novo texto constitucional. O projeto preserva a sugestão do relatório do senador José Fogaça, de que as eleições diretas se realizem em 15 de novembro de 1988.

Sua conclusão é a seguinte: "é uma verdade que se diga que eu tenha preconizado um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney".

Forças Armadas ainda criam polêmica

Encerra-se hoje o prazo para entrega de emendas aos anteprojetos das 24 subcomissões formadas para a 1ª etapa dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Dentro das comissões temáticas da Ordem Social e da Organização Partidária e da Garantia das Instituições os focos de maior polêmica estão nas subcomissões da organização Eleitoral e Partidos Políticos, com 18 emendas recebidas; da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, com 45; e da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com 18.

Entre os pontos de maior discórdia estão o poder de intervenção das Forças Armadas na manutenção da ordem interna, proposto no anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, a estatização ampla do sistema de saúde no País, tema do relatório da subcomissão de Saúde e o voto facultativo. E aos 16 anos, bem como a inflação de voto distrital ao lado do Sistema proporcional, como prega o anteprojeto da Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos.

Defesa do Estado

Entre as 45 emendas já publicadas ao anteprojeto da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança a maioria preocupada está em vincular o poder de in-

tervenção das Forças Armadas em defesa da lei e da ordem à iniciativa expressa dos poderes constitucionais. O deputado Roberto Brant (PMDB-MG), por exemplo, justifica a emenda, pela falta de clareza no parecer do relator Ricardo Fiúza, quanto ao poder de



Frota demonstrou seu desagrado com a desinformação

Explicação satisfaz e porta-voz continua

"Fiz ver ao presidente o desagrado e o desconforto com a falta de informação acerca da viagem para Minas Gerais. Mas, recebi as explicações necessárias, que me satisfizeram, e considero o episódio encerrado". A explicação é do secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Frota Neto, sobre a viagem de fim de semana do presidente da República, quando, mais uma vez, ficou sem tomar conhecimento dos fatos e deu informações erradas à imprensa.

Frota Neto não confirma uma versão corrente (inclusive divulgada extraordinariamente por uma rede de televisão e confirmada por setores próximos ao porta-voz) de que veio disposto a pedir demissão do cargo e que somente a interferência do presidente e dos generais Bayma Denys e Ivan Mendes o fez desistir. Para ele, que não nega o encontro com os generais e com o presidente da República, o que ficou foi a satisfação de encontrar um bom ambiente de trabalho, com verdadeiro espírito de equipe.

O secretário de Imprensa fez um relatório por escrito e entregou ao presidente da República na tarde do domingo, diretamente no Palácio da Alvorada. No documento, Frota relatava o seu trabalho, a sua responsabilidade para com a imprensa e o desejo de se afastar das atividades, em vir-

tude do que vem acontecendo nos últimos dias, não apenas com as informações erradas que o mesmo passou à imprensa, como a interferência de outros setores do Palácio no trato com os jornalistas.

Lego cedo, no dia de ontem, o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, foi até a sala de Frota Neto e disse ao mesmo que nada havia de intencional: "Vim aqui trazer as minhas desculpas, mas a viagem de Minas era muito sigilosa. Não houve tempo de avisar. A falha foi minha". Frota Neto aceitou as desculpas e pouco depois iria receber a solidariedade do chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, para posteriormente falar com o presidente Sarney e aceitar continuar no cargo.

A viagem a Minas foi apenas mais um caso onde o porta-voz saiu desacreditado junto aos seus colegas e, também, ao público em geral. Há poucos dias Frota anunciou por volta das 18 horas que não aconteceria aumento de combustíveis em percentuais de 45 por cento e que estudos ainda estavam se realizando. Menos de uma hora depois, o aumento foi anunciado. No fim de semana de mais boatos em Brasília, Frota anunciou que Sarney ficaria em Pericumã, sem receber «nem doutor Ulysses», e o presidente do PMDB foi a primeira pessoa a chegar ao sítio.

Justificativa encobre desencontro

"As informações e decisões administrativas não podem ficar restritas ao presidente da República. Outros setores têm de passá-las para mim, para que eu possa transferi-las à imprensa". A justificativa de Frota Neto está encobrindo um desencontro que vem acontecendo no Palácio do Planalto, onde muita gente está se encarregando de divulgar informações, dar entrevistas e ligar para jornalistas. Com a Secretaria de Imprensa e Divulgação, entregue a Frota, e mais a Secaf (Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal), entregue a Getúlio Bitencourt, as informações ainda circulam pela sala do ouvidor e ex-porta-

voz Fernando César Mesquita, além de eventuais porta-vozes, criando uma grande confusão, que não agrada a Frota Neto.

Dois exemplos recentes. A fala de Sarney, hoje, foi comunicada na tarde de domingo para todos os jornais e televisões, menos para o jornal O Estado de S. Paulo, sem que a SID tenha uma justificativa. A cirurgia de hemorroida do secretário particular da Presidência, Jorge Murad, foi cercada de todo mistério e segredo, até que apareceu como porta-voz o ministro Abreu Sodré, que deu entrevista à televisão, dando conta da cirurgia e da presença de Murad no Instituto do Coração, em São Paulo.

Persiste dúvida sobre prazo

Qual o prazo para apresentação de emendas nas subcomissões? Tanto pode ser dia 21, como encerrado domingo, dia 17. As dúvidas estão por conta da interpretação do artigo 16, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, que determina um prazo de cinco dias após a apresentação do relatório e a publicação dos avulsos. É exatamente o atraso na publicação dos avulsos que vem gerando a diversidade de prazos. As subcomissões onde os relatórios e anteprojetos foram apresentados primeiro já tiveram seus avulsos publicados e terminaram seus prazos. Quem ficou para depois pode receber emendas hoje ou fazer como a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, que vai até o dia 21.

A diversificação de prazos

iniciativa da matéria: "O que poderia fazer supor que as Forças Armadas não dependem de iniciativa legal para intervir internamente na defesa da lei e da ordem".

Saúde

Nas emendas apresentadas à Subcomissão de Saúde, Se-

guridade e Meio Ambiente várias propostas adaptam-se à proposta de estatização e formação e de um sistema único de saúde no país, contida no parecer do relator, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG). O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), por exemplo, propõe a organização de um sistema estatal de produção e distribuição de componentes farmacêuticos básicos, visando atender a demanda e tornar os preços acessíveis à população.

Mas há quem discorde do parecer, como o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), que defende a manutenção da atividade médico-hospitalar liberal ao lado do sistema estatal único de saúde.

Sistema Eleitoral

Na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos as emendas apresentadas levam a pontos ainda indefinidos, como por exemplo o voto facultativo e aos 16 anos e a implantação do sistema misto de votação, com 50% de votos por distrito e 50% pelo atual sistema proporcional, constantes do relatório do Dep. Mário Lima. O deputado petista Paulo Delgado (MG) propõe a manutenção do sistema proporcional e depende o voto aos 16 anos e facultativo. Já o deputado Arnaldo Martins quer a manutenção do obrigatório e aos 18 anos.